

JAGUAQUARA SOB O JULGO DESIGUAL: ENFRENTAMENTO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA GESTÃO MUNICIPAL APÓS 100 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

EVANILDA TELES DOS SANTOS PEDROSA ¹

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma breve análise teórica e situacional sobre o pensamento colonial no contexto dos discursos e das relações de poder, na dicotomia dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres na sociedade jaguaquarense na condução do Poder Executivo Municipal. Uma vez que no imaginário social a política é um espaço visto masculino, cujo dinamismo é utilizado para o reforço subjetivo da virilidade e símbolo de autoridade impostas pelo patriarcado. Assim, o objetivo desta proposta é compreender os enfrentamentos sofridos pela figura feminina, da prefeita eleita para o exercício da gestão municipal 2021-2024, das relações de gênero e seus enfrentamentos nas esferas públicas e privada, pelo simples fato de ser mulher. A metodologia utilizada para elucidação dos fatos aqui descritos foi a realização de uma breve revisão teórica, documental, de natureza qualitativa, tendo como técnica a História Oral de Vida. Portanto, compreende-se que a dualidade entre as relações homem/mulher e os espaços de poder na política perpassam gerações, ganhando mais força no contexto atual com a reivindicação dos direitos sociais levantados a partir dos movimentos feministas.

Palavras-chave: Gênero. Política. Sociedade.

INTRODUÇÃO

O campo do exercício político divide opiniões sobre a atuação feminina e condução dos gestores quanto aos papéis desenvolvidos neste cenário por homens e mulheres.

Ao longo da história da humanidade a governança das sociedades sempre foi vista sob a óptica da administração masculina, reforçada pelos discursos do judaísmo-cristão e do patriarcado. Como parte deste contexto estão os discursos de subalternidade e fragilidade como atributo da figura feminina, o que a grosso modo as impedem de exercer espaços de poder e governança, um olhar colonizador que perpassa as sociedades até os dias atuais.

Sabe-se que muitas conquistas já foram alcançadas pelas mulheres, através das lutas dos movimentos feministas, das mudanças educacionais e de paradigmas sociais. Porém, o campo da esfera pública, especificamente na

¹ Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia PPGERC/ UESB, pedagoga, professora da Faculdade Social da Bahia (FAESB), pesquisadora na linha de etnia, gênero e sexualidade; vanynh4@hotmail.com.

política, os enfrentamentos se dão em uma dimensão mais ampla.

O movimento sufragista no Brasil foi um dos grandes pioneiros pelo direito do voto, a participação ativa das mulheres na política, mas não há eficácia na garantia de seus direitos meramente conquistados por tantos anos de lutas no cenário brasileiro. Para Davis (2013, p.105), “as mulheres trabalhadoras não ergueram a bandeira do sufrágio em massa até ao início do século XX, quando as suas próprias lutas forjaram razões especiais para exigir direito ao voto”. Em uma compreensão dos papéis de gênero, as mulheres estavam distantes de alcançarem estes direitos, elas estavam à margem social, estigmatizadas pelo simples fato de ser mulher.

Uma vez que “[...] O sufrágio feminino² podia servir como uma poderosa arma para luta de classe” (DAVIS, 2013, p.105), neste contexto histórico, como afirma a autora, as mulheres trabalhadoras necessitavam do voto para garantir a sobrevivência.

No cenário brasileiro a conquista dos direitos ao voto das mulheres sofreu fortes influências do movimento feminista americano, tendo muitos entraves diante do mito “será o fim da família brasileira” a concessão da participação feminina na esfera política, durante a tramitação da constituinte de 1890. Décadas depois, o direito ao voto e ser votada passa a fazer parte da sociedade brasileira pelas mulheres. Apenas no ano de 1997 com a promulgação da Lei Federal nº 9.504/97, cujo texto determina que haja proporcionalidade na investidura política para homens e mulheres nas coligações partidárias, que houve uma crescente participação de mulheres nos espaços da administração política em nosso País.

Assim, o crescente movimento ocorrido no campo das Ciências Sociais elucida o desejo em compreender os espaços e os sujeitos inseridos neste contexto. Nesta perspectiva, se valida o viés em que tal olhar para estes corpos, não apenas enquanto corpo biológico, mais corpo marcado por fatores sociais e produtores culturais. Deste modo, no campo das ciências humanas discorre sobre o campo das mudanças de paradigma científicos positivistas para o olhar sobre o campo das subjetividades.

O campo científico, “apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos

² Movimento social em prol do direito do voto pelas mulheres.

e contradições" (MINAYO, 2002, p. 10), assim, tendo em vista o desenvolvimento desta pesquisa, que é de ordem social e de natureza qualitativa, visa compreender os enfrentamentos sofridos pela figura feminina, da prefeita eleita para o exercício da gestão municipal 2021-2024, das relações de gênero e seus enfrentamentos nas esferas públicas e privada, pelo simples fato de ser mulher.

A metodologia utilizada para elucidação dos fatos aqui descritos foi à realização de uma breve revisão teórica e documental, cuja técnica para coleta de dados foi a História Oral de Vida. As observações e escutas realizadas nas reuniões partidárias e discursos públicos, visou facilitar a realização das entrevistas, por permitir um contato mais direto entre pesquisador e pesquisados. Além disso, os dados etnográficos produzidos a partir dessa observação também serviram para avaliarmos as interações sociais dos entrevistados. Outro pilar fundante foi a análise dos documentos (atas) do acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Jaguaquara/BA.

O JULGO DESIGUAL: E O DESAFIO PEDE FORÇA VARONIL?

O Município de Jaguaquara geograficamente está localizado no espaço territorial do Vale do Jiquiriçá, localiza-se na faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão baiano, abrangendo vinte, dos vinte e cinco municípios que compõe a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá. O processo de ocupação desta região se deu a partir dos primeiros núcleos instalados na faixa litoral no século XV. Ao longo do tempo foram surgindo aglomerações humanas que se deu a partir das Capitâneas de São Jorge dos Ilhéus e da Bahia de Todos os Santos, unificados em 1775, como Capitania da Bahia.

Historicamente a então fazenda de nome *Tupi Guarany* "Toca da Onça", cujo processo histórico forma a então cidade de Jaguaquara que sofreu em seu processo de colonização a influência de diferentes povos, dentre eles: indígenas, negros, portugueses, italianos, japoneses e povos originários da América Latina, tornando a cidade um marco da diversidade cultural no território do Vale do Jiquiriçá.

Segundo Rosa (2016), as circunstâncias históricas do descobrimento e da colonização do Brasil tiveram peso definitivo na sua formação social e política e

seus reflexos sentidos até os dias atuais. Desta forma, à medida que nosso país se desenvolvia economicamente e na exploração de outras áreas no interior fortalecia a expansão do território, influenciando em todo processo histórico-social e nos modelos educacionais da população.

No campo político a cidade de Jaguaquara durante 100 anos foi gerida por representatividades masculinas a frente do Poder Executivo. A figura do senhor Guilherme Martins do Eraldo e Silva, proprietário das terras cujo se deu a formação do povoado de areia, atual cidade de Jaguaquara, traz como categorias de discussão o coronelismo, o machismo e o sexismo.

O coronel Guilherme Martins do Eraldo e Silva desbravador da história do município, destacou-se enquanto grande liderança política regional. Ao longo de seu processo histórico-social e político a cidade foi governada por coronéis e representatividades masculinas, cujas figuras centrais representavam as classes sociais mais abastardas da cidade em desenvolvimento.

Emancipada em 18 de maio de 1921, sendo elevada à categoria de cidade em 1923, após 40 anos surge à figura feminina no cenário político, a professora Nilda Ribeiro de Farias, foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores de Jaguaquara. Este cenário de baixa representatividade feminina na esfera política municipal persiste até os dias atuais, pois a cada pleito eleitoral, apenas uma ou duas cadeiras são ocupadas por mulheres. Assim, nos leva a indagar: O que está por trás do imaginário social e dos modelos educacionais quanto aos papéis sociais desenvolvidos por mulheres na esfera política?

Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora. (COSTA, 1998:74).

A atuação das mulheres na política da sociedade jaguaquarense se manteve em um plano de fundo subjetivo, passando muitas vezes despercebidas ou tendo seus feitos relacionados à representatividade de seus esposos e/ou pais. A exemplo disso, temos a professora Stela Câmara Dubois que teve importante atuação na educação, na política e na religião, bem como em outros campos

sociais. A compositora do Hino Municipal, em uma de suas estrofes parafraseia: “E o desafio pede força varonil”, elucidando o marcador de gênero, que traz o homem como potencializador do desenvolvimento da cidade em ascensão. A virilidade e a força são reforçadas no imaginário e na educação da população, que trazem consigo as marcas do conservadorismo, do patriarcado e do sexismo.

Para Bourdieu (1989, p.387) “a educação é uma estratégia entre uma série delas utilizadas pelas famílias para perpetuar ou avançar sua posição social (as outras envolviam fertilidade – garantir um herdeiro, e a herança – garantir que as leis beneficiem a transmissão de propriedade; assim como estratégias puramente econômicas como investimento financeiro e o investimento na construção de redes sociais vantajosas)”. A educação como capital simbólico trabalhava em conjunto com outros capitais para oferecer vantagens e desvantagens, e para posicionar agentes em múltiplos campos.

Uma vez que as mulheres tratadas como objetos simbólicos, circulando com a ideia de pouco valor, mesmo que embora os homens são afetados pelas exigências da virilidade, as violências simbólicas são acometidas a todo tempo nas políticas de domínio dos corpos.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Este programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2003, p.19-20).

Para o autor as posições subalternas estão sempre relacionadas ao feminino. O sexo é dado pela natureza e o gênero é construído no campo da cultura pelo processo de socialização. Assim, nas sociedades de classe, as diferenças são tratadas como desigualdades, dentre as quais as questões de gênero têm um importante papel. As intersecções entre gênero raça e classe assumiram uma função de dar voz a sujeitos excluídos, assinalando que as desigualdades de poder se estabelecem a partir dessas relações.

Até a posse da primeira mulher eleita, a gestora do Poder Executivo

municipal, após 100 anos de emancipação política, vivencia enfrentamentos a frente do exercício da função, pois no imaginário do conservadorismo, do patriarcado e discurso sexista que ela não deveria exercer tal função, foram muitos os enfrentamentos, sendo estes o ponto difusor desta análise. Portanto, os enfrentamentos sociais e políticos sofridos pelas mulheres refletem processos múltiplos, que vão desde a historicidade dos fatos ocorridos na formação social da população até aos modelos educacionais e as mudanças de pensamentos através das ações-reflexões.

MARCADORES DE GÊNERO: A MULHER À FRENTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Com a evolução das organizações sociais a deterioração da figura feminina tornou-se cada vez mais uma tendência em determinadas civilizações, limitando as mulheres de terem direitos agrícolas, possuir bens e o domínio de seu próprio corpo. Este impacto poder simbólico de domínio e poder categorizado ao sexo masculino estigmatizando o homem como “superiores”. Assim, culturalmente o patriarcado enfatiza a fragilidade das mulheres e sua inferioridade, pondo-as em espaços de subalternidade. Insistem que os deveres domésticos e os cuidados com família são atribuições do sexo feminino, assim restringindo as mulheres de transitarem nas esferas de administração e provedoras do lar. A atuação nestes espaços, assim como os papéis atléticos, era reservada para a figura masculina.

Marcadas pelo conservadorismo a história do município elucidada as barreiras e os enfrentamentos vivenciados pelas mulheres nas disputas dos espaços de poder e na esfera política jaguaquarense. Porém, daremos destaque à atuação feminina à frente do Poder Executivo Municipal.

Deste modo, quando gênero se coloca como um conjunto de questões sobre o que ainda não sabemos e quando mulheres são entendidas em si mesmo como uma construção (não os papeis das mulheres, mas ‘mulheres’), então gênero torna-se uma maneira de interrogar as complexas fontes que fazem das mulheres uma “coletividade flutuante” digna de atenção política e acadêmica (SCOTT, 2012).

Nesse sentido um dos problemas em destacar apenas a construção social é que isso retira o foco central da identidade dos sujeitos e seus papeis sociais junto

à coletividade. O fundamentalismo biológico ver o corpo fora das suas relações sociais, como se fosse necessário haver “permissão” para fazer o que está fora da norma. “Enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual” (SCOTT, 2012, p.337).

Gênero, enquanto categoria histórica e sociocultural emerge a necessidade de se questionar esses espaços que definem o comportamento de homens e mulheres baseados no sexo biológico. Bourdieu (2003) nos diz que as mulheres constituem elementos fundamentais na economia de bens simbólicos, onde as disposições que ele chama de *habitus*, não se separam das estruturas que as produzem e reproduzem. Ele enfatiza que,

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capitalismo simbólico, cujo dispositivo central é o mercado do matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2003, p.55).

Uma vez que as configurações do conceito de *habitus*, elencados por Bourdieu está presente nos modelos educacionais propostos pelas famílias, pela religião, nas formas de reprodução dos valores e no cotidiano dos sujeitos. Nesta permissa, vale ressaltar que as diferenças são construídas na coletividade, e quem infringe as normas, transgredi os corpos estigmatizados para “ocupar” ou não determinados espaços. Segundo Barbosa (2019), matriz da cidadania e participação deixou de fora as mulheres, sobretudo no que tange aos direitos políticos. Para a autora a história política possui bases nas ideias de liberdade e encontram-se nos escritos teóricos do contrato social, a cidadania das mulheres possui exclusões históricas (BARBOSA, 2019).

Os relatos proferidos por nossos sujeitos de pesquisa elucidam questões como: “uma mulher não vai conseguir cuidar de nossa cidade”, em outros momentos, “política não é coisa de mulher”. Entre essas e tantas outras falas foram entoadas por populares e correligionários. O marcador gênero é um discurso

presente no campo da política brasileira, assim a dicotomia homem/ mulher, está muitas vezes associado no imaginário social ao trabalho braçal e pesado para os homens e o trabalho intelectual, doméstico e subalterno atrelado à figura feminina.

Desta forma, nem sempre os papéis de gênero assumidos pelo indivíduo estão em consonância com os seus atributos físicos. Estes desempenhos são estabelecidos pela sociedade, existindo assim, uma linha mais ou menos comuns a todos os homens e mulheres, em termos de comportamento. Estes vão acontecer dentro dos aparatos culturais de cada indivíduo, em diferentes épocas e contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, as categorias analíticas desta pesquisa elucidaram como a representatividade feminina nos espaços de poder, na gestão pública municipal, nos modelos educacionais e no imaginário social requer atenção dos diferentes agentes sociais. A mulher, mesmo diante de tantos avanços sociais, continua sendo estigmatizada no que se referem aos espaços políticos, os discursos entoados circulam em volta de desde as “fragilidades” em decorrência ao sexo, quanto aos julgamentos de serem incapazes de atuar neste cenário de forma eficiente, pois se trata de “espaços feitos para homens”, uma utopia diante da força da representatividade feminina.

Jaguaquara, entre outras cidades brasileiras tem em seu processo histórico as marcas do patriarcado, reforçados em seus modelos educacionais e religiosos. Por ser uma cidade, que por anos foi gerida por coronéis, estes marcadores tornam-se mais evidentes. Deste modo, os atravessamentos das fronteiras de gênero, raça e classe permeiam no contexto político. Na atual conjuntura, a prefeita municipal eleita para o exercício de 2021-2024, tem em sua biografia de vida os encontros cotidianos, desde o conservadorismo, o pensamento machista e sexista, exercendo duras críticas a eficácia administrativa na gestão municipal por uma mulher, etnicamente branca, loira e que por muito tempo residiu na zona rural, expondo-a a comentários no campo da sua identidade de gênero, a sua origem territorial, a fatos de sua história de vida, marcada por lutas e resiliências.

Assim, foi necessário um século de história para que o julgo desigual fosse quebrado, dando início a um novo patamar sobre as contribuições femininas frente ao executivo municipal, destacando as benfeitorias alcançadas pela gestora em

muitos espaços do município, sendo aclamada nas ruas da cidade, em menos da metade de seu mandato, como a melhor gestora municipal da história do município, por seus correligionários e alguns de seus munícipes. Portanto, as lutas dos movimentos feministas, dos direitos da mulher e de mulheres, perpassam pelas diferentes instâncias sociais, não desprezando as histórias de vida, a memória, a trajetórias, os desafios enfrentados, para que tais mudanças gerem novos pensamentos sociais e que ocasione a empoderamento de outras mulheres.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Claudia Farias. **As mulheres na política local: entre as esferas pública e privada**. -1ª ed. Curitiba: Appis, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.
- DAVI, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.
- ROSA, Armando. **História de Jaguaquara e suas paisagens humanas**. 1ª Ed. JM Gráfica e Editora LTDA, 2016.
- SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade, v.15, n.2, jul./dez. 1995.